



LUIS CARLOS DE LIMA

Formação: Doutorando em Administração de Empresas

Cidade/UF: São Paulo - SP

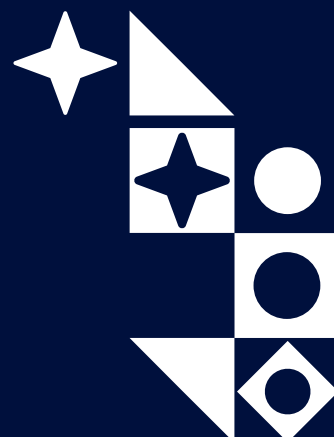
E-mail Profissional: carlos.luis@unifesp.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2079990837842512>

LinkedIn: www.linkedin.com/in/luis-carlos-de-lima-72a6b731a

Sobre o autor:

Sou Doutorando em Administração de Empresas 2025 (FICS) - Mestre em Engenharia Produção 2022 (UMINHO); Especialização em Engenharia de Segurança no Trabalho pela Universidade Estadual do Amazonas 2007 (UEA); em Engenharia Industrial. Especializando em Perícia Criminal e Judicial, e em Segurança Contra Incêndio e Pânico pela GRAN Centro Universitário; Atuei como professor na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no Departamento de Engenharia de Petróleo e Gás e na Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO) no Departamento de Tecnologia de Segurança no Trabalho; Atualmente sou Engenheiro de Segurança no Trabalho (UNIFESP - Estatutário). Pela escrita desejo demonstrar algumas das vertentes do conhecimento na área de segurança do trabalho, contribuindo com o conhecimento e com a pesquisa acadêmica no Brasil.



SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL: BARREIRAS E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO

Luis Carlos de Lima

Mestre: UMinho - Universidade do Minho;

Doutorado: Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (IFCS).

E-mail: carlos.luis@unifesp.br.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1139-5639>

RESUMO

O campo da saúde do trabalhador no Brasil evoluiu significativamente no âmbito da Administração Pública Federal, culminando na criação da Política de Atenção à Saúde e Segurança (PASS), estruturada nos eixos de vigilância, promoção, assistência à saúde e perícia médica. Como desdobramento, foi instituído o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Este estudo analisa o processo de implementação da PASS e do SIASS, com foco nas universidades federais, identificando desafios e perspectivas de aprimoramento na gestão da saúde e segurança do servidor público. Adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em análise documental e levantamento bibliográfico. Os resultados indicam que, embora a PASS e o SIASS representem avanços normativos, ainda enfrentam limitações técnicas, operacionais e estruturais, com predominância de ações voltadas à perícia médica e pouca ênfase na prevenção e promoção à saúde. Verifica-se escassez de recursos humanos e financeiros, ausência de apoio institucional, dificuldades na gestão de adicionais ocupacionais e baixa participação dos gestores na agenda de segurança e saúde do trabalho. Conclui-se que, apesar de constituírem um marco na política de saúde do servidor público federal, a PASS e o SIASS ainda não alcançaram plenamente seus objetivos. Propõe-se o fortalecimento da gestão em SST, com base em boas práticas, exames periódicos efetivos e programas voltados à saúde mental e à melhoria das condições de trabalho.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador; PASS; SIASS; Gestão Universitária; Segurança e Saúde no Trabalho; Administração Pública Federal.

OCCUPATIONAL HEALTH AND SAFETY OF FEDERAL CIVIL SERVANTS: MANAGEMENT BARRIERS AND STRATEGIES

Luis Carlos de Lima

Master: UMinho - University of Minho;

PhD student. Interamerican University of Social Sciences (IFCS).

E-mail: carlos.luis@unifesp.br.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1139-5639>

ABSTRACT

The field of occupational health in Brazil has evolved significantly within the scope of the Federal Public Administration, culminating in the creation of the Health and Safety Care Policy (PASS), structured around the pillars of surveillance, health promotion, health care, and medical expertise. As a development of this policy, the Integrated Subsystem for Civil Servant Health Care (SIASS) was established in the Federal Institutions of Higher Education (IFES). This study analyzes the implementation process of PASS and SIASS, focusing on federal universities and identifying challenges and prospects for improving the management of occupational health and safety for public servants. It adopts a qualitative, exploratory approach, based on document analysis and literature review. The results indicate that, although PASS and SIASS represent significant normative advances, they still face technical, operational, and structural limitations, with an emphasis on medical examinations and little focus on prevention and health promotion. There is a shortage of human and financial resources, lack of institutional support, difficulties in managing occupational allowances, and low participation of managers in occupational health and safety agendas. It is concluded that, although representing a milestone in the federal public servant health policy, PASS and SIASS have not yet fully achieved their objectives. The study proposes strengthening occupational health and safety management based on best practices, effective periodic medical examinations, and programs aimed at mental health and improved working conditions.

Keywords: Occupational Health; PASS; SIASS; University Management; Occupational Health and Safety; Federal Public Administration.

1. INTRODUÇÃO

A Administração Pública Federal (APF) compreende o conjunto de órgãos, entidades e agentes do Poder Executivo da União responsáveis pela gestão e execução das políticas públicas, bem como pela prestação de serviços em âmbito nacional. Nesse contexto, o servidor público federal é o profissional legalmente investido em cargo público dentro da estrutura da APF (FLORES, 2025).

Para FLORES (2025) cabe à Administração Pública Federal zelar pela saúde e segurança ocupacional de seus servidores, o que representa um desafio constante, especialmente no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Diante desse cenário, e reconhecendo a necessidade de superar lacunas históricas na atenção à saúde desses profissionais, o governo brasileiro instituiu importantes marcos regulatórios voltados à promoção de melhores condições de trabalho e bem-estar no serviço público.

Neste cenário, a Política de Atenção à Saúde e Segurança (PASS) emerge como o principal instrumento normativo, estruturando as ações de vigilância, promoção, assistência à saúde e perícia médica. Como seu desdobramento prático nas IFES e demais órgãos federais, foi criado o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS).

Este estudo tem como objetivo analisar o processo de implementação e a efetividade da Política de Atenção à Saúde e Segurança do

Servidor (PASS) e do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS) no contexto universitário. Busca-se identificar os desafios ainda existentes e as perspectivas de aprimoramento na gestão da saúde e segurança ocupacional, com vistas a assegurar condições de trabalho adequadas e a proteção integral contra riscos relacionados ao ambiente laboral.

A PASS e o SIASS representam uma iniciativa do Governo Federal para gerir a saúde ocupacional dos servidores públicos (BATISTA, 2016). A PASS foi consolidada a partir de 2008 e lançada em 2012, visando superar omissões históricas na área, buscando um modelo integral e participativo de atenção à saúde (TAISSUKE, 2016).

Como desdobramento natural da evolução, o SIASS surgiu como resposta à ausência histórica de definições claras e à necessidade premente de maior integração das ações de segurança e saúde ocupacional voltadas ao serviço público (TORRES, 2022).

Na Instituição Federal de Ensino (IFE) o desafio para implementação dessa política assume contornos complexos. A relevância desta discussão se intensifica quando consideramos que a IFE abriga uma população significativa de servidores expostos a múltiplos fatores de risco ocupacional, desde os tradicionais riscos ergonômicos e psicossociais até os específicos, como: os riscos biológicos – presentes nos ambientes hospitalares; e os químicos, presentes em laboratórios de pesquisa. Além disso, essas instituições desempenham papel

fundamental na formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS), tornando imperativo que sirvam como modelos de boas práticas em saúde e segurança do trabalho.

Neste estudo se expõe a força e a fraqueza de um Sistema de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho (SGSST), com ênfase na implementação de exames periódicos, a criação de Comissões Internas de Saúde do Servidor Público (CISSP) e o desenvolvimento de programas de saúde mental como estratégias para superação das limitações identificadas. Serão apresentados também estudos que apontam para uma predominância de ações periciais em detrimento das práticas preventivas (MARTINS, 2017), e que apresentam a falta de recursos humanos qualificados e treinados, baixo investimento econômico e falta de reconhecimento institucional (BATISTA, 2016) (TORRES, 2022) (DE MENDONÇA, 2023).

2. FUNDAMENTAÇÃO

A trajetória da saúde ocupacional no serviço público brasileiro foi marcada por avanços graduais, que culminaram na estruturação de políticas mais abrangentes e integradas. O Estatuto do Servidor Público Federal, estabelecido pela Lei nº 8.112 de 1990, já previa dispositivos relacionados à saúde do servidor, incluindo a obrigatoriedade de exames médicos periódicos. No entanto, foi somente com a criação da PASS que se estabeleceu uma estrutura mais robusta e sistemática para a gestão da saúde ocupacional no âmbito federal.

A PASS foi concebida com o objetivo de superar as omissões históricas na área da saúde do servidor público, estabelecendo diretrizes claras para a promoção, prevenção, assistência e vigilância em saúde. Sua estruturação em quatro eixos principais – vigilância, promoção, assistência à saúde e perícia médica – reflete uma abordagem holística que busca contemplar todas as dimensões da saúde ocupacional (BATISTA, 2016).

O SIASS surge como instrumento operacional da PASS, com a finalidade de coordenar e integrar as ações de atenção à saúde do servidor público federal. Sua criação respondeu à necessidade de superar a fragmentação das ações de saúde ocupacional, promovendo maior sinergia entre os diferentes órgãos e entidades da administração pública federal (Flores, 2025, TAISUKE, 2016). Sua estruturação foi concebida por unidades regionais e setoriais que visa garantir a capilaridade necessária para o atendimento efetivo dos servidores, respeitando as especificidades locais e institucionais (JACKSON, 2017).

No contexto das IFES, essa estruturação assume particular importância, considerando a diversidade de campi e a dispersão geográfica dessas instituições. As IFES apresentam características únicas que amplificam os desafios para implementação de políticas de saúde ocupacional (DE MENDONÇA, 2023). A coexistência de atividades de ensino, pesquisa, extensão e, no caso dos hospitais universitários, assistência à saúde,

cria um ambiente ocupacional complexo e multifacetado.

Nos hospitais universitários, a situação se torna ainda mais complexa devido à exposição a riscos biológicos específicos, decorrentes do contato direto com pacientes e materiais potencialmente contaminados. Esses ambientes requerem protocolos de segurança rigorosos e uma gestão de riscos especializada, que nem sempre encontra correspondência na capacidade técnica disponível nas instituições (CAETANO, 2020).

A natureza bibliográfica e abordagem narrativa, fundamenta-se em cinco estudos que compõem o referencial teórico deste trabalho. A revisão de literatura científica tem como propósito descrever e analisar o desenvolvimento das políticas de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, com ênfase na Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) e no Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS). Sob uma perspectiva teórica e contextual, busca-se compreender os avanços, desafios e perspectivas dessas políticas no âmbito da administração pública, especialmente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), considerando suas especificidades organizacionais e os fatores que influenciam a efetividade das ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde do trabalhador.

Nesse contexto, foram selecionados estudos que abordam diferentes dimensões da política de saúde ocupacional no serviço

público federal, abrangendo desde a análise de sua implementação até as práticas de gestão e os desafios institucionais observados nas IFES. A seguir, são apresentadas as principais contribuições dos autores que embasam a discussão teórica deste trabalho.

BATISTA (2016) analisou o processo de implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) e do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), destacando a relevância desses instrumentos como avanços normativos no campo da saúde ocupacional. O autor evidencia, contudo, que a efetividade dessas políticas é comprometida por limitações técnicas, operacionais e estruturais, especialmente pela insuficiência de recursos humanos e financeiros, o que restringe o alcance de seus objetivos voltados ao cuidado e à proteção da saúde dos servidores públicos federais.

TORRES (2022) investigou a atuação do SIASS sob a perspectiva de servidores públicos lotados em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com o propósito de compreender como esses profissionais percebem e vivenciam a política. O estudo revelou que as ações do SIASS concentram-se predominantemente nas perícias médicas, relegando a segundo plano as iniciativas de promoção e prevenção da saúde. Ademais, foram identificadas dificuldades relacionadas à escassez de equipes técnicas especializadas e ao baixo apoio institucional, fatores que limitam a efetividade das ações voltadas ao bem-estar e à qualidade de vida dos servidores.

CAETANO (2020) abordou a temática da segurança e saúde no trabalho em Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, apresentando um panorama abrangente dos riscos ocupacionais e das estratégias de gestão implementadas nessas organizações. O autor ressalta que, embora as IFES possuam ambientes laborais complexos e diversificados — como laboratórios de pesquisa e hospitais universitários —, persistem fragilidades na consolidação de práticas sistematizadas de segurança e saúde no trabalho. Essa conjuntura evidencia que a gestão dos riscos ocupacionais continua sendo um desafio constante para a administração pública federal.

FONSECA (2015) propôs um sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho fundamentado na avaliação da conformidade, concebido como instrumento aplicável à administração pública federal. O autor argumenta que, a exemplo do setor privado, é imprescindível que o setor público adote um modelo padronizado de gestão que possibilita maior controle, monitoramento e aprimoramento contínuo das condições de trabalho. Essa proposta visa fortalecer as ações de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, promovendo uma cultura organizacional orientada à valorização da saúde e segurança do servidor público.

Por sua vez, DE MENDONÇA (2023) desenvolveu um estudo de caso sobre a atenção à saúde do servidor em uma instituição federal de ensino, analisando os desafios e as perspectivas para a implementação efetiva da PASS e do SIASS. Os resultados apontam a

existência de fragilidades estruturais, como a carência de recursos financeiros e humanos, além da baixa priorização institucional das ações de saúde do trabalhador. Contudo, o estudo também identifica possibilidades de aprimoramento, como a ampliação dos exames periódicos, a criação de Comissões Internas de Saúde do Servidor Público (CISSP) e o desenvolvimento de programas voltados à saúde mental, reforçando a necessidade de fortalecimento das políticas de saúde ocupacional no âmbito das IFES.

A análise dos estudos selecionados evidenciam um panorama consistente de desafios estruturais, operacionais e técnicos relacionados à implementação da PASS e do SIASS. Em conjunto, as pesquisas demonstram que, embora essas políticas representem importantes avanços normativos no campo da saúde ocupacional, sua efetividade ainda é limitada por fatores como escassez de recursos humanos e financeiros, ausência de padronização e reduzida integração entre as ações de promoção, prevenção e perícia médica.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica narrativa, definida por (CANUTO, 2020) como um método de revisão de literatura científica que se caracteriza por descrever o desenvolvimento de um assunto específico, sob um ponto de vista teórico e contextual. Sua principal importância reside na rápida atualização do conhecimento acerca de determinado tema. A escolha desta metodologia justifica-se pela natureza

exploratória dos objetivos propostos e pela necessidade de integração de conhecimentos multidisciplinares.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas seguintes bases de dados: SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Scholar, Portal de Periódicos CAPES e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Os descritores utilizados, em português e inglês, foram: PASS, SIASS, saúde ocupacional, servidor público, instituição federal de ensino. A estratégia de busca utilizou operadores booleanos (AND, OR, NOT) para combinação dos termos, seguindo a sintaxe específica de cada base de dados. Foram consideradas publicações nos idiomas português, inglês e espanhol, no período de 2015 a 2024.

Neste estudo, foram utilizadas estratégias de organização e estruturação da pesquisa com o apoio de ferramentas baseadas em Inteligência Artificial (IA). Entre elas, destaca-se o Google Gemini e o ChatGPT (OpenAI), empregados como modelos treinados em extensas bases de dados — incluindo livros, artigos científicos e sites públicos —, permitindo buscas em tempo real, acompanhadas de citações e sínteses explicativas de caráter didático, que contribuíram para o apoio à redação e à compreensão dos conceitos teóricos.

Além disso, utilizou-se o NotebookLM (Google Labs) para o gerenciamento das referências acadêmicas, possibilitando o cruzamento de fontes previamente selecionadas e priorizando a organização e a

síntese dos materiais efetivamente inseridos na pesquisa. Essa combinação de ferramentas proporcionou maior precisão, agilidade e coerência metodológica ao processo de revisão bibliográfica.

Critérios de inclusão na pesquisa: Os estudos sobre implementação da política de atenção à saúde e à segurança do trabalho do servidor público federal – PASS e do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS e Sistemas de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho (SGSST); Pesquisas abordando Universidades e Institutos Federais de Ensino; Trabalhos sobre Segurança e saúde no trabalho em Instituições Federais de Ensino Superior; Publicações sobre Gestão de recursos humanos na administração pública; Documentos técnicos e normativos sobre segurança do trabalho em saúde; Estudos com metodologia adequada e fundamentação científica consistente.

Critérios de Exclusão da pesquisa: Publicações anteriores a 2015, exceto marcos normativos fundamentais; Trabalhos focados exclusivamente em aspectos clínicos sem abordagem ocupacional; Estudos sobre outros tipos de insalubridade (física ou química); Publicações sem rigor metodológico adequado; Trabalhos duplicados ou sem acesso ao texto completo.

Complementarmente à revisão bibliográfica, foi realizada análise documental abrangendo: Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR-15, NR-32); Normas técnicas da Associação Brasileira

de Normas Técnicas (ABNT); Portarias e resoluções do Ministério da Saúde; Diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Manuais técnicos de organizações internacionais (OMS, OSHA). A análise dos dados seguiu a metodologia proposta por (CANUTO, 2020), compreendendo as cinco (5) fases:

“Exploração: corresponde ao momento de busca dos estudos nas fontes selecionadas; Refinamento: essa é a fase do tratamento dos dados, a qual se caracteriza pela intenção de convergir, criteriosa e gradualmente, a um corpus de pesquisa que tenha a relevância do conteúdo como parâmetro; Cruzamento: nessa fase, realiza-se uma análise comparativa entre todos os documentos que permaneceram no corpus da pesquisa; Descrição: essa fase objetiva descrever o corpus da pesquisa pela identificação de informações sobre cada estudo selecionado; e Análise: esta última fase prevê a compreensão aprofundada do conteúdo dos documentos.”

Reconhecem-se as seguintes limitações do estudo: Caráter não sistemático da revisão, que não permite análise estatística dos resultados; Possível viés de seleção na escolha dos estudos incluídos; Limitação temporal das bases de dados consultadas; Predominância de literatura nacional,

com menor representação de estudos internacionais.

4. RESULTADOS E DESAFIOS

A análise dos estudos examinados evidencia um panorama convergente de desafios estruturais, operacionais e técnicos que comprometem a efetividade da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) e do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS).

Desafios estruturais

Entre os principais entraves identificados, destaca-se a insuficiência de recursos humanos qualificados. Todos os estudos apontam a carência de profissionais especializados em saúde e segurança do trabalho nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Essa limitação não se restringe ao número de servidores disponíveis, mas também à formação técnica inadequada para lidar com a complexidade dos ambientes universitários e hospitalares (JACKSON, 2017; BATISTA, 2016; MARTINS, 2017). Soma-se a esse quadro a falta de recursos financeiros destinados à capacitação continuada das equipes.

As restrições orçamentárias também figuram como um obstáculo recorrente. A escassez de recursos financeiros destinados às ações de promoção e prevenção em saúde ocupacional é amplamente documentada, agravada pela retração dos investimentos públicos a partir de 2013, o que resultou na priorização das atividades periciais em

detrimento das ações preventivas (BATISTA, 2016; TORRES, 2022; DE MENDONÇA, 2023; MARTINS, 2017; TAISUKE, 2016; CAETANO, 2020).

Outro ponto crítico diz respeito à fragmentação das ações. Os estudos indicam desarticulação entre as diferentes dimensões da PASS, com predominância das perícias médicas sobre as atividades de vigilância, promoção e prevenção em saúde. Essa fragmentação compromete a integralidade da atenção à saúde do servidor, princípio fundamental da política (BATISTA, 2016; TORRES, 2022; JACKSON, 2017; TAISUKE, 2016).

Desafios operacionais

No campo operacional, os estudos revelam dificuldades na gestão cotidiana das ações de saúde ocupacional. Uma das principais limitações refere-se à baixa utilização dos sistemas de informação. Embora o SIAPE-Saúde disponha de módulos específicos para o controle de exames médicos periódicos, sua aplicação efetiva pelas instituições é limitada, comprometendo o monitoramento epidemiológico e a formulação de estratégias preventivas baseadas em evidências (BATISTA, 2016; JACKSON, 2017; CAETANO, 2020).

Outro problema recorrente está nas dificuldades de gestão dos adicionais ocupacionais, como insalubridade e periculosidade. Tais processos configuram-se como desafios administrativos significativos, frequentemente gerando conflitos e demandas burocráticas que consomem tempo e recursos que poderiam ser direcionados a

ações preventivas (TORRES, 2022; CAETANO, 2020).

A ausência de padronização nos processos de implementação das políticas também é apontada como uma limitação relevante. Essa falta de uniformidade resulta em disparidades expressivas entre as instituições, comprometendo a equidade no acesso aos benefícios e serviços previstos pela PASS e pelo SIASS (BATISTA, 2016; TORRES, 2022; FONSECA, 2015; TAISUKE, 2016; MARTINS, 2017).

Desafios técnicos

Os aspectos técnicos representam outro conjunto expressivo de limitações. Destaca-se a inadequação dos exames periódicos, que, embora regulamentados, frequentemente não consideram os fatores de risco específicos a que os servidores estão expostos (BATISTA, 2016; TAISUKE, 2016; CAETANO, 2020). Em um dos estudos, 66,3% dos participantes afirmaram que os resultados desses exames não são utilizados como subsídio para ações de vigilância e promoção da saúde (CAETANO, 2020).

Também foi observada limitação na avaliação de riscos ocupacionais. A complexidade dos ambientes universitários e hospitalares exige metodologias sofisticadas de análise, que nem sempre estão disponíveis ou são aplicadas adequadamente pelas equipes técnicas das instituições (BATISTA, 2016; DE MENDONÇA, 2023; TOLEDO, 2024; CAETANO, 2020).

Por fim, a ausência de programas estruturados de saúde mental é uma

fragilidade recorrente. Apesar de a PASS prever ações nessa área, a implementação prática ainda é incipiente, restringindo-se, em muitos casos, a iniciativas pontuais de acolhimento psicológico, sem caráter contínuo ou sistemático (BATISTA, 2016; FONSECA, 2015; DE MENDONÇA, 2023; TOLEDO, 2024; SILVA, 2024).

De modo geral, os resultados apontam que a efetividade da PASS e do SIASS ainda é fortemente condicionada por limitações estruturais, operacionais e técnicas que atravessam o conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior. A carência de recursos humanos qualificados, a escassez orçamentária, a fragmentação das ações e a baixa institucionalização de práticas de promoção e vigilância em saúde revelam a fragilidade das políticas no enfrentamento dos riscos ocupacionais.

Observa-se, portanto, que, embora os instrumentos normativos representem avanços importantes no campo da saúde do servidor público federal, sua implementação carece de maior integração, planejamento e suporte institucional para que seus objetivos sejam plenamente alcançados. Esses achados reforçam a necessidade de reflexão crítica sobre os mecanismos de gestão e financiamento das políticas, aspecto que será aprofundado na seção seguinte.

5. DISCUSSÃO

A análise dos resultados evidencia que os desafios enfrentados na implementação da PASS e do SIASS refletem uma tensão

histórica entre a formulação normativa das políticas públicas e sua efetivação prática nas instituições. A predominância de ações periciais em detrimento das estratégias de promoção e prevenção da saúde demonstra que o modelo vigente ainda está fortemente ancorado em uma lógica assistencial e corretiva, em vez de preventiva e integral.

Nesse sentido, os achados convergem com a literatura nacional sobre gestão pública e saúde ocupacional, que aponta a insuficiência de recursos humanos e financeiros, a fragmentação institucional e a baixa prioridade política do tema como fatores que limitam o avanço das políticas de saúde do servidor.

Esses resultados corroboram as análises de BATISTA (2016) E TORRES (2022), que destacam a necessidade de fortalecer a governança interinstitucional e de promover a articulação entre os diferentes eixos da PASS e do SIASS, de modo a garantir a integralidade da atenção à saúde do trabalhador. Outro aspecto relevante diz respeito à estrutura organizacional das IFES, que, conforme observado por CAETANO (2020), apresenta elevada complexidade administrativa e diversidade de ambientes laborais — como laboratórios, hospitais universitários e setores administrativos —, exigindo políticas adaptadas à realidade de cada contexto.

Essa diversidade impõe desafios adicionais à gestão da saúde ocupacional, sobretudo no que se refere à padronização de processos e à consolidação de práticas preventivas que atendam às especificidades locais.

As limitações operacionais identificadas, como a subutilização dos sistemas de informação e a ausência de padronização de fluxos administrativos, indicam uma fragilidade na gestão do conhecimento e no uso de dados para subsidiar decisões estratégicas. FONSECA (2015) já havia defendido a necessidade de adoção de um sistema de gestão padronizado, com base na avaliação da conformidade, possibilitando maior controle, monitoramento e melhoria contínua das condições de trabalho. A ausência de uma estrutura gerencial sólida impede que o SIASS exerça plenamente sua função de integração e coordenação das ações de saúde do servidor.

Além disso, a escassez de recursos orçamentários e a falta de prioridade institucional para ações de promoção e vigilância em saúde revelam a fragilidade das políticas diante de restrições fiscais e administrativas. MENDONÇA (2023) E MARTINS (2017) apontam que, embora as diretrizes da PASS e do SIASS representem avanços normativos, sua execução prática depende de vontade política, comprometimento da gestão e investimento contínuo em infraestrutura e capacitação. Sem esses elementos, as políticas tendem a permanecer em um nível declaratório, com baixa efetividade no cotidiano institucional.

No campo técnico, observa-se que a inadequação dos exames periódicos e a ausência de programas estruturados de saúde mental limitam a capacidade preventiva das instituições.

Estudos recentes (DE MENDONÇA, 2023; TOLEDO, 2024; SILVA, 2024) reforçam que a saúde mental dos servidores tem sido um dos pontos mais negligenciados na política de saúde ocupacional, apesar do crescente aumento de afastamentos por transtornos psicológicos e estresse ocupacional.

A ausência de programas contínuos de acompanhamento e promoção da saúde mental contribui para o agravamento desse cenário, tornando urgente a adoção de estratégias sistemáticas e integradas.

De forma geral, os resultados desta revisão sugerem que a efetividade da PASS e do SIASS depende da consolidação de uma cultura organizacional voltada à prevenção, à promoção da saúde e ao cuidado integral do servidor público.

Para tanto, torna-se essencial o fortalecimento das equipes multiprofissionais, a ampliação dos recursos financeiros destinados às ações de saúde ocupacional e a criação de mecanismos de avaliação contínua das práticas implementadas.

Essas evidências reforçam a importância de repensar a estrutura de gestão das políticas de saúde do servidor no âmbito das IFES, com foco na integração entre os eixos normativo, técnico e operacional. O fortalecimento dessas dimensões pode contribuir para o aprimoramento da governança em saúde ocupacional e para a efetiva materialização dos princípios da PASS e do SIASS, alinhando-se às diretrizes de promoção da saúde e prevenção de riscos estabelecidas pela administração pública federal.

6. PROPOSTA DE MELHORIA

Implementar no SGSST ações para o fortalecimento da cultura de segurança e saúde ocupacional, garantindo a participação da alta direção, demonstrando comprometimento visível com a SST, proporcionando clima de melhorias focadas em transformar atitudes e comportamentos em todos os níveis hierárquicos da instituição (CAETANO, 2020), (DE MENDONÇA, 2023).

Acompanhar e evidenciar que o EMP supere a condição de mera exigência normativa para consolidar-se como um instrumento estratégico de gestão da saúde do servidor público federal (BATISTA, 2016), (DE MENDONÇA, 2023), (CAETANO, 2020), (TAISSUKE, 2016), (JACKSON, 2017) e (BRASIL MPDG MANUAL PERICIA, 2017).

Planejar a criação e implementação da CISSP, como estratégia fundamental para promover a participação dos servidores na gestão da saúde ocupacional (CAETANO, 2020), (DE MENDONÇA, 2023). Mantendo estrutura participativa, treinando e investindo na capacitação técnica de seus membros. A criação do CISSP é uma proposta para promover a saúde e a humanização no trabalho (FONSECA, 2015), (DE MENDONÇA, 2023).

Dessa forma, a criação da CISSP representa uma oportunidade de fortalecer a participação democrática dos servidores nas decisões sobre saúde ocupacional, aproximando as práticas de gestão pública das experiências já consolidadas em segurança e saúde do trabalho na iniciativa privada (CAETANO,

2020), (FONSECA, 2015), (DE MENDONÇA, 2023), (MARTINS, 2017), (TAISSUKE, 2016). Para que seu potencial seja plenamente realizado, é necessário assegurar recursos, apoio institucional e integração com o SIASS, de modo a transformar a comissão em um espaço legítimo de negociação e promoção de melhorias nas condições de trabalho (BATISTA, 2016), (TORRES, 2022), (MARTINS, 2017), (TAISSUKE, 2016).

A instituição deve planejar a criação e Implementar o mapeamento e vigilância psicossocial com pesquisa de clima organizacional anônimo para mapear riscos psicossociais, treinamento de gestores em oficinas de comunicação Não-Violenta, gestão de conflitos e prevenção ao assédio; Implementando o acolhimento psicológico com fluxo claro de triagem, acolhimento e encaminhamento para a rede de saúde suplementar, SUS ou convênios (CANUTO, 2020), (BATISTA, 2016), (FONSECA, 2015), (DE MENDONÇA, 2023), (TOLEDO, 2024) e (SILVA, 2024).

7. CONCLUSÕES

A análise dos estudos sobre a implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) e do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) revela um panorama complexo, marcado por avanços normativos relevantes, mas também por limitações práticas expressivas. Essas políticas representam um marco significativo na consolidação da saúde ocupacional no

serviço público federal, sua efetivação plena ainda é comprometida por obstáculos de ordem estrutural, operacional e técnica.

As limitações identificadas — como a insuficiência de recursos humanos qualificados, as restrições orçamentárias, a fragmentação das ações e o baixo apoio institucional — comprometem a capacidade das políticas de assegurar condições adequadas de trabalho e de proteção contra riscos ocupacionais. Essa situação se mostra particularmente crítica nos hospitais universitários, onde a exposição a riscos biológicos e ambientais reforça a necessidade de medidas preventivas mais robustas e sistemáticas.

A predominância das ações periciais em detrimento das práticas preventivas, como os exames médicos periódicos (EMP), evidencia uma distorção na implementação da política, que tende a privilegiar aspectos assistenciais e burocráticos em lugar de uma abordagem centrada na promoção da saúde e na prevenção dos riscos ocupacionais. Tal configuração compromete não apenas a efetividade da política, mas também sua sustentabilidade a longo prazo.

As propostas identificadas nos estudos — entre elas, o fortalecimento dos exames periódicos, a criação das Comissões Internas de Saúde do Servidor Público (CISSP), a implementação de programas estruturados de saúde mental e o desenvolvimento de sistemas integrados de gestão — configuram caminhos viáveis para a superação das limitações observadas. Contudo, sua

concretização requer comprometimento institucional, alocação adequada de recursos e desenvolvimento de capacidades técnicas especializadas.

O êxito da PASS e do SIASS no contexto das IFES dependerá, fundamentalmente, da capacidade dessas instituições de promover uma mudança cultural que reconheça a saúde ocupacional como um componente estratégico da qualidade do trabalho e do cumprimento da missão institucional. Essa transformação demanda liderança comprometida, participação efetiva dos servidores e o fortalecimento de competências técnicas nas áreas de gestão e saúde do trabalhador.

Por fim, é imprescindível compreender que a saúde ocupacional nas IFES não deve ser tratada como uma dimensão isolada da gestão pública, mas integrada às estratégias mais amplas de desenvolvimento organizacional, qualidade de vida no trabalho e valorização do servidor. Somente por meio dessa abordagem sistêmica e integrada será possível superar as limitações atuais e consolidar um modelo efetivo, sustentável e equitativo de atenção à saúde do servidor público federal.



Referências

BATISTA, Carlos Cezar Soares. **Análise do processo de implementação da política de atenção à saúde e à segurança do trabalho do servidor público federal – PASS e do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS**. 2016. 186 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2016. Disponível em: URI: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6297>. Acesso em: 4 set. 2025.

CAETANO, R. **Segurança e saúde no trabalho em Instituições Federais de Ensino Superior**. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional – Adm. Pública) – Universidade Federal de Minas Gerais, BH, 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.25762/gepn-dc33>. Acesso em: 6 set. 2025.

CANUTO, Livia Teixeira; DE OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto. **Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos**. Psicologia em revista, v. 26, n. 1, p. 83-102, 2020. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>. Acesso em: 6 set. 2025.

DE MENDONÇA, Helinton Guedes et al. **Atenção à saúde do servidor em uma instituição federal de ensino: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Medicina, v. 2, p. 9, 2023. DOI: DOI: 10.47626/1679-4435-2023-797. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadtmat/article/view/10487>. Acesso em: 6 set. 2025.

FLORES, Antonio Joreci. **Teorias da administração pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2016. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.24883/IberoamericanIC.v11i.390>. Acesso em: 6 set. 2025.

FONSECA, Ivan Fagundes; FERMAM, Ricardo Kropf Santos. **Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho: uma proposta de avaliação da conformidade para a administração pública federal brasileira**. Sistemas & Gestão, v. 10, n. 1, p. 16-28, 2015. DOI: 10.7177/sg.2015.v10.n1.a2. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/275640243>. Acesso em: 6 set. 2025.

JACKSON FILHO, José Marçal; PONCE, Tarsila Baptista. **O papel dos agentes de recursos humanos na implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS)**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2017. Disponível em: URI: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2953>. Acesso em: 6 set. 2025.

MARTINS, L. F. **Análise da política de atenção à saúde do servidor público federal**. Revista de Administração Pública, v. 51, n. 3, p. 421-445, 2017. DOI: 10.1590/0034-7612152054. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3dcVzH7x3cj6dhBvNMt85PJ/>. Acesso em: 6 set. 2025.